

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta:	OE202507/1243
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal para Cargos de Direção
Estado:	Pendente
Nível Orgânico:	Câmaras Municipais
Organismo	Câmara Municipal de Paços de Ferreira
Regime:	Cargos não inseridos em carreiras
Cargo:	Direcção Intermédia de 2º grau
Área de Actuação:	Divisão de Ordenamento do Território
Remuneração:	2867,27
Suplemento Mensal:	213.67 EUR
Conteúdo Funcional:	Competências/ Funções a desempenhar – As previstas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, complementadas com as competências previstas na estrutura orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Despacho nº 6903/2024 2ª série nº 118 de 20 de junho de 2024.
Habilitação Literária:	Licenciatura
Descrição da Habilitação:	Adequada Perfil exigido: a) Licenciatura adequada; b) Experiência profissional na área; c) Conhecimento do Município e respetiva estrutura orgânica; d) Conhecimentos profissionais adequados à área da unidade orgânica; e) Domínio técnico dos instrumentos de gestão e aptidão comprovada para o exercício das funções de direcção, coordenação e controlo do cargo a prover, Perfil: designadamente: a. Experiência profissional comprovada no desempenho de funções dirigentes, preferencialmente na área de atuação em apreço; b. Competências: Orientação para resultados, Liderança, Orientação para mudança e inovação, Visão estratégica, Orientação para a colaboração, Representação Institucional, Coordenação de equipas e Análise crítica e resolução de problemas.
Métodos de Selecção a Utilizar:	- Avaliação curricular (40%) e Entrevista Pública (60%) Júri do concurso: Presidente – Manuel Gomes Abreu, Diretor de Departamento de Ordenamento do Território e Licenciamento Urbanístico. - Vogal Efetivo – Ana Maria Moreira Leal, Diretora de Departamento do Trabalho.
Composição do Júri:	- Vogal Efetivo – António Alberto Martins Carneiro Brito, Chefe de Divisão de Licenciamento Urbanístico.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1	Praça da República, 46	Paços de Ferreira	4590527 PAÇOS DE FERREIRA	Porto	Paços de Ferreira

Total Postos de Trabalho: 1
Requisitos Legais de Provimento: B - Os constantes no artigo 12º da Lei n.º49/2012, de 29 de agosto.
Requisitos de Nacionalidade: Sim
Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Jornal Público 01-08-2025, DR, 2ª Série nº146 de 31-07-2025, Aviso Extrato nº19249/2025/2

Apresentação de Candidaturas

Local: <https://recrutamento.cm-pacosdeferreira.pt/>

Formalização da Candidatura: Forma de Apresentação de candidaturas: - Forma de Apresentação de Candidaturas: As candidaturas deverão ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicitação, na Bolsa de Emprego Público (BEP), em formato digital, exclusivamente na plataforma de recrutamento online, disponível no link <https://recrutamento.cm-pacosdeferreira.pt/>, através do preenchimento integral de formulário tipo, de utilização obrigatória, sob pena de exclusão.

Contacto: recrutamento@cm-pacosdeferreira.pt / 255 860 700

Data de Publicação 2025-08-01

Data Limite: 2025-08-14

Observações Gerais:

MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA
AVISO

1- Para os devidos efeitos se torna público, que por despacho de 30 de dezembro de 2024 do Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, no uso das competências previstas na alínea a), do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, delegadas pelo Ex.mo Presidente da Câmara Municipal por seu despacho publicitado pelo Edital n.º 175/2018, por deliberação da Câmara Municipal de 20 de junho de 2025, conforme o previsto no n.º 1 do art.º 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, se encontra aberto o seguinte procedimento concursal, para provimento, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos de um cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Ordenamento do Território.

1 - Procedimento Concursal – Um lugar de Cargo Dirigente (Chefe de Divisão de Ordenamento do Território).

2 - Prazo para apresentação de candidaturas: - 10 dias úteis a contar da data da publicação do procedimento concursal na Bolsa de Emprego Público (BEP).

3 - Remuneração: - 2 867,27 €, Suplemento Mensal: - 213,67 €

4 – Competências/ Funções a desempenhar – As previstas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, complementadas com as competências previstas na estrutura orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Despacho nº 6903/2024 2ª série nº 118 de 20 de junho de 2024.

5 – Local de Trabalho – Área do Município de Paços de Ferreira.

6 – Legislação aplicável: - Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação atual e adaptada à Administração Local por força do artigo 1.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08 e LTFP (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

7 – Prazo para apresentação de candidaturas: - 10 dias úteis, contados após publicitação na Bolsa de Emprego Público.

8 – Área de Recrutamento:

Requisitos Gerais: - Os previstos no artigo 17º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. (LTFP)

Requisitos Especiais: - Podem apresentar candidatura os indivíduos que reúnem os requisitos definidos nos termos do n.º 12º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. (Trabalhador em funções públicas, contratado ou designado por tempo indeterminado, licenciado, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que, reúna quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, artigo 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua atual redação, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Perfil exigido:

a) Licenciatura adequada;

b) Experiência profissional na área;

c) Conhecimento do Município e respetiva estrutura orgânica;

d) Conhecimentos profissionais adequados à área da unidade orgânica;

e) Domínio técnico dos instrumentos de gestão e aptidão comprovada para o exercício das funções de direção, coordenação e controlo do cargo a prover, designadamente:

a. Experiência profissional comprovada no desempenho de funções dirigentes, preferencialmente na área de atuação em apreço;

b. Competências: Orientação para resultados, Liderança, Orientação para mudança e inovação, Visão estratégica, Orientação para a colaboração, Representação Institucional, Coordenação de equipas e Análise crítica e resolução de problemas.

9 - Forma de Apresentação de candidaturas: - Forma de Apresentação de Candidaturas: As candidaturas deverão ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicitação, na Bolsa de Emprego Público (BEP), em formato digital, exclusivamente na plataforma de recrutamento online, disponível no link <https://recrutamento.cm-pacosdeferreira.pt/>, através do preenchimento integral de formulário tipo, de utilização obrigatória, sob pena de exclusão.

Devem ser submetidos na plataforma de recrutamento os seguintes documentos:

a) "Curriculum vitae" datado e assinado;

b) Certificado de Habilitações literárias;

c) Declaração comprovativa do Serviço em que o candidato se encontre a exercer funções públicas em que conste a natureza da relação jurídica de emprego, a carreira/ categoria em que se encontra inserido, posição remuneratória que detém à presente data, atividade que executa e órgão ou serviço onde exerce funções, as menções de desempenho obtidas nos

últimos três anos, descrição do posto de trabalho, que atualmente ocupa, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, e se for o caso mencionar, o tempo de serviço prestado em cargos dirigentes.

d) Certificado de formação profissional – apenas serão considerados os cursos e ações de formação frequentadas e adequadas às funções a exercer devidamente comprovadas. Os candidatos que exerçam funções na Autarquia de Paços de Ferreira ficam dispensados de apresentar os documentos referidos nas alíneas b) c) e d).

10 – Métodos de Seleção:

- Avaliação curricular (40%) e Entrevista Pública (60%)

Avaliação Curricular: visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos às exigências do cargo com base na análise do respetivo currículo e respetivos documentos comprovativos

O resultado da avaliação curricular resultará da ponderação da seguinte fórmula:

Habilitação Académica: (20%); Formação profissional (20%); Experiência Profissional (60%).

Habilitação Académica (HA): onde se pondera a titularidade de grau académico. Apenas será considerada a habilitação que corresponda a grau académico ou seja a este equiparado, com avaliação nos seguintes termos:

Licenciatura – 18 valores

Mestrado / Doutoramento – 20 valores

Formação Profissional (FP): onde se pondera as ações de formação, bem como a participação em congressos, seminários, colóquios, conferências, pós-graduações, palestras e outras ações de aperfeiçoamento profissional adequadas às funções a exercer (diretamente relacionadas com a área funcional do cargo a prover). As mesmas apenas são consideradas quando comprovadas através de cópia de respetivo certificado ou diploma que indiquem expressamente o número de horas ou de dias de duração da ação. Sempre que no respetivo certificado não conste o número de duração da formação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a sete horas e cada semana a cinco dias. A avaliação da formação profissional, será nos seguintes termos:

- 0 a 50 horas de formação – 12,00 valores;

- 51 a 100 horas de formação – 14,00 valores;

- 101 a 150 horas de formação – 16,00 valores;

- 151 a 200 horas de formação – 18,00 valores;

- mais de 200 horas de formação 20,00 valores.

Experiência Profissional (EP): onde se pondera o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e o conteúdo funcional do cargo a prover. Será ponderado o desempenho de funções na área e em cargo de direção, devidamente comprovado da seguinte forma:

Experiência profissional em funções/cargos/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura.

- entre 4 e 6 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura (outras áreas) – 10 valores;

- mais de 6 e até 10 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura (outras áreas) - 11,00 valores;

- mais de 10 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura (outras áreas) - 12,00 valores;

- até 4 anos de experiência profissional em cargo de direção (outras áreas) – 13,00 valores;

- mais de 4 e até 6 anos de experiência profissional em cargo de direção (outras áreas)- 14,00 valores;

- mais de 6 e até 10 anos de experiência profissional em cargo de direção (outras áreas) – 15 valores;

- mais de 10 anos de experiência profissional em cargo de direção (outras áreas) e/ou entre 4 e 6 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreira para as quais seja exigível licenciatura (na área) – 16 valores;

- até 4 anos de experiência profissional em cargo de direção (na área) e/ ou entre 6 a 10 anos de experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura (na área) – 17 valores;

- entre 4 e 6 anos de experiência profissional em cargo de direção (na área) e /ou mais de 10 anos de experiência profissional em funções cargo/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura (na área) – 18 valores;

- entre 6 e 10 anos e experiência profissional em cargo de direção (na área) – 19 valores;

- mais de 10 anos de experiência profissional em cargo de direção (na área) – 20 valores.

- Entrevista Pública – visa avaliar, através de uma relação interpessoal, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, observando as exigências e responsabilidades do cargo a prover, bem como as atribuições, competências e perfil pretendido, de acordo com os parâmetros de avaliação: Orientação para resultados, Liderança, Orientação para mudança e inovação, Visão estratégica, Orientação para a colaboração, Representação Institucional, Coordenação de equipas e Análise crítica e resolução de problemas. Será classificada de 0 a 20 valores e a avaliação resultará da média aritmética simples dos parâmetros considerados.

Serão excluídos os candidatos que não comparecem à Entrevista Pública.

É obrigatório a exibição de cartão de cidadão na realização da Entrevista Pública.

11 – A seleção será feita por escolha nos termos do n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, indo recair no candidato que melhor corresponda ao perfil fixado pela Câmara Municipal, para atingir os seus objetivos.

12 – Nos termos do n.º 13.º do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a

redação da Lei n.º 64/20011 de 22 de dezembro, o presente procedimento concursal é urgente e de interesse público, não haverá lugar à audiência dos interessados.

13 – Júri do concurso: Presidente – Manuel Gomes Abreu, Diretor de Departamento de Ordenamento do Território e Licenciamento Urbanístico.

- Vogal Efetivo – Ana Maria Moreira Leal, Diretora de Departamento do Trabalho.

- Vogal Efetivo – António Alberto Martins Carneiro Brito, Chefe de Divisão de Licenciamento Urbanístico.

14 – Publicitação: - O presente procedimento concursal será publicitado na BEP (Bolsa de Emprego Público em www.bep.gov.pt, pelo prazo de 10 dias nos termos do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, bem como nos termos do n.º 2 do mesmo artigo em jornal de expansão nacional (Jornal Público) e na 2ª série do Diário da República.

15 – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da constituição da República Portuguesa a Administração Pública enquanto entidade empregadora promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 – Proteção de dados - Os dados pessoais que vão ser recolhidos destinam-se única e exclusivamente para fins do presente procedimento concursal.

Paços do Município de Paços de Ferreira, 24 de julho de 2025

O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos,

Joaquim Adelino Moreira Sousa